



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JÉSSICA RANGEL SILVA

A CRÍTICA KANTIANA AO ARGUMENTO DE ANSELMO

SEROPÉDICA

2018

JÉSSICA RANGEL SILVA

A CRÍTICA KANTIANA AO ARGUMENTO DE ANSELMO

Monografia apresentada ao curso de filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Markos Klemz Guerrero.

SEROPÉDICA

2018

JÉSSICA RANGEL SILVA

A CRÍTICA KANTIANA AO ARGUMENTO DE ANSELMO

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Markos Klemz Guerrero (Orientador) – UFRRJ

Prof. Dr. Alessandro Bandeira Duarte– UFRRJ

Prof. Dr. Danilo Bilate de Carvalho – UFRRJ

Conceito final: _____

Resumo

O trabalho apresentado pretende abordar a prova da existência de Deus, conhecida como argumento “ontológico” e proposta por Anselmo de Cantuária na idade média em sua obra denominada *Proslógio*. Apontaremos suas principais características e demonstraremos como foi desenvolvido, para que por meio da compreensão do argumento possamos considerar as caracterizações feitas a ele durante séculos, em particular as caracterizações que Immanuel Kant oferece para o argumento ontológico de Anselmo.

A partir disso, temos a pretensão de observar e perceber se essas caracterizações e a crítica desenvolvida por Kant acerca dos argumentos ontológicos, de que a existência não é um predicado real, se aplicam ao argumento de Anselmo. A partir da noção de juízo analítico dada por Kant é que poderemos concluir se Anselmo ao desenvolver seu argumento a partir do conceito de Deus como “algo do qual nada maior pode ser pensado” está comprometido ou não com a crítica feita por Kant.

Palavras chave: Argumento ontológico, Anselmo de Cantuária, Prova da existência de Deus, *Proslógio*.

Sumário

Introdução.....	6
1- Argumento Ontológico de Anselmo de Cantuária	8
1.1– Estrutura lógica do argumento	10
1.2- Explicando alguns dos passos do argumento.....	12
1.3- Redução ao absurdo.....	14
2- Caracterização e crítica Kantiana do Argumento Ontológico	16
3- Aplicabilidade da crítica Kantiana ao argumento de Anselmo.....	23
Conclusão	25
Referências.....	27

Introdução

A idade média é uma época conhecida por apresentar uma grande influência religiosa, já que a maioria dos filósofos dessa época eram religiosos, predominantemente da Igreja católica. Com isso, nessa época surgiram inúmeras provas acerca da existência de Deus, cada uma com suas próprias características. Nesse contexto, surge uma das provas da existência de Deus mais conhecidas e abordadas até hoje, o “argumento ontológico” proposto por Anselmo de Cantuária no século XI.

Para que a prova de Anselmo seja desenvolvida, ele baseia-se em um conceito de Deus, que é “algo do qual nada maior pode ser pensado”, para a partir do conceito demonstrar a existência Dele, ou seja é uma prova *a priori*. Além disso, a prova da existência de Deus proposta por ele é uma redução ao absurdo. Essas características dão um tom de originalidade ao argumento de Anselmo.

Apenas por se tratar de uma prova de Deus, podemos dizer que já é em si um assunto polêmico e importante, pois não há uma concordância universal a respeito de Deus existir ou não. No argumento elaborado por Anselmo, tampouco há um consenso, posto que já foi alvo de inúmeras críticas de filósofos, mas também já foi reformulado por outros, que consideravam que é possível produzir uma prova da existência *a priori*. O argumento de Anselmo tem uma força inexplicável, até os dias atuais ainda é discutido por alguns filósofos.

Podemos dizer que O argumento de Anselmo desencadeou inúmeras discussões como por exemplo, se o argumento é, de fato, válido, se ele pode ser realmente considerado ontológico, se as críticas desenvolvidas por outros filósofos são pertinentes ou não ao argumento. Por ser um assunto tão comentado e alvo de tantas divergências é o que motiva esse trabalho a ser desenvolvido, para que possamos entender como um argumento tão simples divide tantas opiniões.

Trataremos aqui de algumas características do argumento Anselmiano. O texto será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, cujo título é *O argumento ontológico de Anselmo*, abordaremos o argumento de Anselmo, contextualizando e esclarecendo como o argumento é desenvolvido por ele. Mostraremos sua estrutura e desenvolveremos alguns passos do argumento. O que se pretende nesse capítulo é que tenhamos a noção de como a prova foi elaborada, o que é a prova e o objetivo da prova. Iremos nos basear, nesse capítulo, em obras de comentadores como Étienne Gilson e do próprio Anselmo.

No segundo capítulo trataremos das caracterizações dadas por Kant ao argumento e falaremos rapidamente acerca da caracterização de Anscombe. Contrastaremos o conceito de prova ontológica com a das outras provas citadas por Kant, a saber, prova cosmológica e prova físico teológica. Ainda nesse capítulo, entraremos na crítica Kantiana atribuída aos argumentos ontológicos, por meio da obra de Kant, intitulada *Crítica da razão pura*.

E, por fim, no terceiro capítulo, observaremos se a crítica Kantiana é pertinente ao argumento de Anselmo, a partir de sua concepção de juízos analíticos.

1- Argumento Ontológico de Anselmo de Cantuária

Anselmo de Cantuária, também conhecido como Anselmo de Aosta ou simplesmente Santo Anselmo, foi um dos grandes nomes na filosofia da Idade Média. Ele escreveu algumas obras filosóficas ao longo de sua vida, mas suas obras mais famosas são o *Proslógio* e o *Monológio*, nas quais ele elabora provas acerca da existência de Deus. O argumento de Anselmo mais famoso encontra-se no *Proslógio* e atualmente é conhecido como argumento ontológico.

O argumento ontológico foi proposto por ele e desenvolvido no capítulo II do *Proslógio* com o objetivo de estabelecer uma prova da existência de Deus de uma forma racional e mais simples possível, pois anteriormente Anselmo já havia proposto em seu *Monológio*, a pedido de seus companheiros monges, outras provas que tinham a mesma finalidade, provar a existência de Deus racionalmente, porém ele percebe que os argumentos apresentados tiveram um grau muito alto de complexidade.

No primeiro capítulo do *Proslógio*, o anterior ao argumento ontológico, é estabelecido seu conceito de fé e razão. Anselmo demonstra que só há possibilidade de se conseguir provar a existência de Deus, se o próprio Deus consentir. A razão é dada por Ele, só há a capacidade de conhecer qualquer coisa havendo a permissão de Deus, ademais, antes de demonstrar seu argumento ele pede em forma de oração para que Deus faça com que seja possível conhecê-Lo.

Santo Anselmo acreditava que a fé devia sempre preceder a razão, ou seja, é necessário ter fé para depois buscar entendê-la racionalmente, o ponto de partida sempre deve ser a fé na concepção dele. Entretanto, Anselmo não ignorava a razão, inclusive, achava que era necessária para àqueles que creem. Com essa necessidade de buscar mostrar racionalmente o que ele já acredita a partir da fé, e não tendo sido tão bem-sucedido nas provas anteriores por serem de difícil compreensão, será motivado a escrever o argumento ontológico.

Éthiene Gilson¹ afirma que Anselmo discordará dos dialéticos, ou seja, aqueles que por meio do diálogo buscam respostas utilizando a razão e dos que são totalmente contra a dialética, pois os dialéticos acreditam que os objetos da fé devem submeter-se à dialética e os que são contra acham que não há necessidade de se buscar compreender racionalmente. Gilson, em sua obra cita um trecho em que Anselmo diz: “Não dar precedência à fé, como

¹ GILSON, 2007, p. 296.

fazem os dialéticos, é presunção; não apelar em seguida para razão, como nos proíbem seus adversários, é negligência.”² Deixando clara a posição de Anselmo com relação a fé e razão.

Gilson³ defende que Anselmo sabe discernir muito bem a fé da razão e que, em nenhum momento, ele confunde os conceitos. Anselmo deixa clara a importância da razão e, em circunstância alguma, irá dispensá-la, pois não é o tipo de religioso que acredita que apenas fé basta para um cristão.

No argumento ontológico, há uma característica que o diferencia das outras provas em prol da existência de Deus, já propostas anteriormente, inclusive das que foram propostas em sua obra anterior. É o fato de que o argumento estabelece uma prova *a priori*, ou seja, não há necessidade de instrumentos religiosos ou qualquer outro dado empírico para que o argumento seja estabelecido, ele basta por si mesmo e em si mesmo, o que dá uma relevância maior ao argumento e talvez seja até um dos motivos que o torna alvo de tantas discussões.

Numa prova que não tem essa característica, a saber, uma prova *a posteriori*, ocorre o contrário, para que ela se institua é preciso ter conhecimento de elementos presentes na natureza por meio de dados sensoriais, isto é, informações que são obtidas por nós por meio dos nossos sentidos. É o que acontece na prova da existência de Deus desenvolvida por Tomás de Aquino em sua *Suma Teológica*. Nela, ele apresenta cinco vias para se demonstrar a existência de Deus, e já em sua primeira via utilizou a teoria proposta por Aristóteles da existência de um motor imóvel. Iremos nos ater a primeira via, que já é suficiente para que possamos mostrar como se dá uma prova *a posteriori*.

A primeira e mais manifesta é a procedente do movimento; pois, é certo e verificado pelos sentidos, que alguns seres são movidos neste mundo. Ora, todo o movido por outro o é. Porque nada é movido senão enquanto potencial, relativamente àquilo a que é movido, e um ser move enquanto em ato[...]. [...]Se, portanto, o motor também se move, é necessário seja movido por outro, e este por outro. Ora, não se pode assim proceder até ao infinito, porque não haveria nenhum primeiro motor e, por consequência, outro qualquer; pois, os motores segundos não movem, senão movidos pelo primeiro, como não move o báculo sem ser movido pela mão. Logo, é necessário chegar a um primeiro motor, de nenhum outro movido, ao qual todos dão o nome de Deus[...] ⁴

Para que essa via seja possível e que a existência de Deus possa vir a ser comprovada a partir dela é necessário um conhecimento prévio do mundo, que o próprio Tomás já enuncia no início dessa citação. Para Santo Tomás, existe algo imóvel que move todas as outras que estão em constante movimento. Diferentemente do argumento ontológico, nesse tipo de

² Ibid, p. 292.

³ Ibid, p. 293.

⁴ AQUINO, 2001, p.130.

argumento, devemos confirmar que de fato tudo está em constante movimento através da nossa percepção, enquanto no argumento ontológico, não há necessidade de tal comprovação. Em outras palavras, para chegarmos à conclusão de que há um motor imóvel no mundo, precisamos presumir que não é um problema assumir que, no mundo, tudo está em constante movimento.

Outro elemento fundamental que demonstra a importância do argumento ontológico é o fato de muitos filósofos renomados terem discutido durante séculos a validade do argumento. Alguns concordam que o argumento de Anselmo é um argumento válido e outros o rejeitam como prova da existência de Deus, entre esses nomes podemos citar: Santo Tomás de Aquino, Gaunilo, que chegam a criticar, em suas obras, o argumento e Kant que não considera a possibilidade de haver uma prova “ontológica” acerca da existência de Deus. Há também Descartes e Leibniz, que consideram que há a possibilidade de se provar a existência de Deus sem precisar recorrer a experiência e ambos mais tarde fazem suas próprias versões de argumentos ontológicos. Dentre os críticos, o monge Gaunilo foi o único que teve a oportunidade de obter respostas acerca da crítica que atribuiu ao argumento escrito no *Proslógio* por Anselmo, já que o fez em um opúsculo cujo o título é *Livro em favor do insipiente* com Anselmo ainda em vida, e Anselmo escreveu um opúsculo denominado por ele *Responsio* em resposta a crítica de Gaunilo.

1.1– Estrutura lógica do argumento

No *Proslógio* Anselmo não apresenta o seu argumento de uma forma sistemática. A prova não é estruturada na forma de um argumento lógico, porém possui tudo que requer esse tipo de argumentação. No decorrer de uma “conversa com Deus” Anselmo formula a sua prova. Podemos estruturá-la da seguinte forma:

1- Deus é Algo do qual nada maior pode ser pensado.

Nessa primeira premissa, é estabelecido por Anselmo o seu conceito de Deus. A partir dele, ele desenvolve todo o seu argumento. O conceito concedido por Anselmo permite que ele se valha de um recurso lógico para provar o seu argumento, a saber, uma redução ao absurdo. Esse conceito irá permitir a ele que ao final do argumento ele obtenha uma contradição.

2- A compreensão de algo faz com que esse algo exista na mente

Determina o critério para a existência na mente. Anselmo determina que apenas havendo a compreensão de algo, esse algo existe na mente. Não é necessário que se compreenda o que é, mas somente o que está descrito, para que algo exista na mente. Quer dizer, se alguém ouve

parte da premissa 1, “algo do qual nada maior pode ser pensado”, conseqüentemente, irá compreendê-la.

3- Insensato compreende quando ouve a premissa 1

O insensato é a figura que impulsiona Anselmo a desenvolver o argumento. Ao duvidar da existência de Deus, faz com que Anselmo mostre que Deus existe. A partir dessa premissa se seguirá a conclusão da existência de Deus, pelo menos na mente, pois qualquer um, até mesmo aquele que não acredita, ao apenas ouvir a afirmação 1 compreende o que foi dito e se há a compreensão, então Deus existe na mente.

4- Algo do qual nada maior pode ser pensado existe na mente (1,2 e3)

Pelo passo 2 obtemos o critério de existência de algo na mente, e no passo 3 tem-se o requisito imposto pelo passo 2 que é a compreensão do passo 1, ou seja, alguém, nesse caso o insensato, ao ouvir o conceito “algo do qual nada maior pode ser pensado”, compreende o que é dito e então a exigência para que haja a existência na mente é cumprida, e assim obtemos a premissa 4. Desse modo, temos a primeira parte do argumento, na qual prova-se a existência de Deus na mente a partir das premissas anteriores. Essa afirmação é essencial para que a prova seja dada por uma redução ao absurdo, pois a partir dela é que teremos como construir a suposição por absurdo.

5- Supõe que Algo do qual nada maior pode ser pensado existe apenas na mente.

Nessa linha introduz a suposição por absurdo, aqui Anselmo supõe o contrário do que ele quer provar, para, ao final do argumento, concluir que Deus existe não apenas na mente, mas também fora da mente.

6- Pressupõe a distinção entre existir na mente e fora da mente.

Na premissa 6 tem-se que existir na mente e fora da mente é diferente de existir apenas na mente, abrindo precedentes para que haja um possível ser que exista na mente e fora da mente.

7- É possível pensar em algo do qual nada maior pode ser pensado que existe na mente e fora da mente (6).

Essa 7 é obtida por meio da afirmação 6, somente ao pressupor a distinção entre existir na mente e fora da mente é que podemos chegar em que “é possível pensar em algo do qual nada maior pode ser pensado que existe na mente e fora da mente”. Daqui podemos obter que já que existir na mente é diferente de existir fora da mente, existir na mente e fora da mente é maior do que apenas na mente, nesse sentido pode haver um ser que exista na mente e fora, sendo algo maior do que algo que só existisse na mente, cuja existência real é negada pelo incipiente, que é o passo seguinte.

8- É possível pensar em algo maior do que aquilo do qual nada maior pode ser pensado – contradição (5, 7).

Conclusão: Nega a suposição por absurdo.

Aqui nesse último passo, Anselmo chega à conclusão de que negar a existência de Deus na realidade e conceber apenas na mente implica uma contradição, isto é, ao introduzir a suposição por absurdo na premissa 5 dizendo que Algo do qual nada maior pode ser pensado existe apenas na mente, podemos chegar a contradição estabelecida nessa premissa. Porque não é possível pensar um ser maior do que “Algo do qual nada maior pode ser pensado.” Podemos então, negar a premissa 5 que diz que Algo do qual nada maior pode ser pensado existe apenas na mente, pois é nela que se insere a suposição por absurdo e concluir a partir dela que Deus existe tanto na mente, como na realidade.

- Não é possível que ‘Algo do qual nada maior pode ser pensado exista apenas na mente’.
- ‘Algo do qual nada maior pode ser pensado’ não existe apenas na mente
- ‘Algo do qual nada maior pode ser pensado’ existe na mente e fora da mente.
- Deus existe na mente e fora da mente

1.2- Explicando alguns dos passos do argumento

Na premissa 1, na qual o conceito de Deus é estabelecido, Anselmo apresenta-o por meio de uma concepção religiosa que é a premissa na qual ele diz que “Deus é algo do qual nada maior pode ser pensado”. Anselmo parte do pressuposto de que há uma concordância geral a respeito do conceito de Deus determinado por ele. Entretanto, Tomás de Aquino discordará, embora não seja incisivo nessa questão e não leve tão a sério esse possível problema, Tomás não concorda que o conceito dado por Anselmo, seja um consenso.

Na *Suma Teológica*, ele diz “Deve-se afirmar que talvez aquele que ouve o nome Deus não entenda que ele designa algo que não se possa cogitar maior; pois alguns acreditam que Deus é um corpo”,⁵ mostrando-nos que o conceito de Deus pode ser entendido por alguns de modo diferente. Nem todos entendem Deus da mesma maneira ou como algo do qual nada maior pode ser pensado, que é o que sugere Anselmo.

Quando Anselmo lança mão de um conceito de cunho religioso, ele não se compromete com demonstrar a natureza de Deus, o que Ele é ou deixa de ser, mas o que ele pretende é provar que Deus existe. O conceito é utilizado com o objetivo de que seu conteúdo

⁵ AQUINO, 2001, p. 163.

seja compreendido, em outras palavras, o fato de o conceito partir de uma concepção religiosa é uma mera contingência, na medida em que aquilo de que se pretende tratar está relacionado apenas com o entendimento do conteúdo descrito.

Ao responder a crítica de Gaunilo, no *Responsio*, Anselmo deixa claro o que acabamos de falar, que independentemente de se compreender ou não o próprio ser de que é impensável pensar algo maior, o conceito de “algo do qual nada maior pode ser pensado” deve ser compreendido. Diz “[...] quando se diz: o ser do qual não se pode pensar nada maior, não resta dúvida que esta expressão pode ser pensada e compreendida, ainda que não possa ser pensado e compreendido o ser do qual é impossível pensar algo maior[...].”⁶

Mediante esse conceito Anselmo determinará que Deus existe na mente, uma vez que qualquer pessoa, até mesmo aquele a quem ele define como insensato por acreditar que Deus não existe, ao ouvir que Deus é algo do qual nada maior pode ser pensado irá compreender o que lhe foi dito, e conforme o que acredita Anselmo, se algo é compreendido, ele existe na inteligência. Dessa forma, se essa premissa é algo que se pode entender, então esse algo irá existir ao menos na mente.

Na premissa 6 ao desenvolver o exemplo do pintor, Anselmo pretende deixar clara distinção entre existir na mente e existir na realidade:

Um pintor, por exemplo, ao imaginar a obra que vai fazer, sem dúvida, a possui em sua inteligência; porém, nada compreende da existência real da mesma, porque ainda não a executou. Quando, ao contrário, a tiver pintado, não a possuirá apenas na mente, mas também lhe compreenderá a existência, porque já a executou.⁷

Esse trecho mostra que saber que Deus existe na mente não implica em Deus existir fora da mente também, não é necessário saber o valor de verdade da segunda para que a primeira ocorra, uma independe da outra. Pode-se conceber Deus na mente sem se comprometer com a sua existência fora da mente, ou melhor, não é necessário que se saiba da existência ou não existência fora da mente para que se possa pensar nele.

Anselmo, no *Responsio*, reafirma o que ele disse no *Proslógio*, dizendo o que ele pretendia com o exemplo do pintor “[...]O exemplo da pintura não realizada para sustentar que assim era o ser do qual estava tratando, mas para exemplificar que pode existir algo na inteligência, sem que, por isso, se compreenda que existe na realidade[...].”⁸

⁶ ANSELMO, 1973, p.20.

⁷ Ibid, p. 3.

⁸ Ibid, p. 20.

Desse modo, a compreensão de algo que está na inteligência e do que está fora dela para Anselmo se distingue: “Na verdade, ter a ideia de um objeto qualquer na inteligência, e compreender que existe realmente, são coisas distintas.”⁹ Não é obrigatório que a mente saiba que esse algo exista na realidade, existir na mente não torna necessário existir na realidade.

Anselmo, ao sugerir a distinção entre existir na mente e fora da mente na premissa 6 e dizer que é possível pensar em algo do qual nada maior pode ser pensado que existe na mente e fora da mente na 7, não tem a intenção de comparar a existência na mente com a existência fora da mente. O que ele pretende é mostrar que existir na mente e fora da mente é maior do que apenas na mente. De outra forma, podemos dizer que o objetivo dele não é mensurar as existências, ele simplesmente diz que ter as duas existências é maior que ter apenas uma.

Por exemplo, estamos em uma palestra e surgiu algo interessante, então resolvemos anotar e pegamos um lápis e uma borracha. Necessitamos de um lápis para anotar e de uma borracha para apagar, caso haja algum erro. Nesse sentido precisamos da borracha e do lápis, então se tivermos só o lápis e errarmos alguma coisa, não poderemos apagar e se for só a borracha não teremos como escrever, mas se tivermos os dois evidentemente será melhor, pois poderemos escrever e apagar. Ele não se preocupa se apagar ou escrever é melhor, mas, sim que escrever e apagar é nitidamente maior do que apenas escrever e apenas apagar.

1.3- Redução ao absurdo

A prova da existência de Deus elaborada por Anselmo baseia-se em um conceito de Deus e a partir desse conceito, ele demonstra a sua existência, por meio da redução ao absurdo. Na prova por redução ao absurdo supõe-se como verdadeiro o contrário do que quer se provar e mostra-se que se aquilo fosse verdade implicaria uma contradição, ou seja, resultaria em algo absurdo. Com isso poder-se-ia negar uma das premissas do argumento por ser falsa e então demonstrar o seu ponto.

Para elucidar melhor esse tipo de argumento daremos um exemplo. Consideremos que “Os gatos não leem” é o que queremos provar, então, negamos essa afirmação. Suponhamos que os “gatos leem” e assumamos que gatos são animais irracionais, só animais racionais podem ler e apenas o homem é animal racional. Então, se os gatos lessem seriam animais racionais, o que é impossível, portanto temos uma contradição entre os gatos leem e serem

⁹ Ibid, p. 3.

animais irracionais, então concluímos que gatos não leem. E através desse exemplo, podemos ver de maneira análoga o que Anselmo faz ao instituir seu argumento.

Ao demonstrar na premissa 4 que Deus tem pelo menos uma existência mental, Anselmo supõe por absurdo que algo do qual nada maior pode ser pensado existe apenas na mente, ou seja, afirma o contrário do que ele acredita.

Anselmo pressupõe que existir na mente e fora da mente é maior que existir apenas na mente, já que ele diz: “Mas ‘o ser do qual não é possível pensar nada maior’ não pode existir somente na inteligência. Se, pois, existisse apenas na inteligência, poder-se-ia pensar que há outro ser existente também na realidade; e que seria maior.”¹⁰ Conclui assim, que é possível pensar em algo que exista na mente e fora da mente, e que apenas por haver essa possibilidade de que possa existir um ser maior do que algo do qual nada maior pode ser pensado já torna a afirmação de que Deus existe apenas na mente absurda, pois haveria contradição nela. Deste modo, Anselmo poderá negar a premissa que diz que algo do qual nada maior pode ser pensado existe apenas na mente por absurdo, e então completará o seu argumento.

¹⁰ ANSELMO, 1973, p.3.

2- Caracterização e crítica Kantiana do Argumento Ontológico

Nem sempre o argumento proposto por Anselmo foi chamado de argumento ontológico. Essa caracterização foi dada por Kant, que foi um filósofo Alemão moderno (século XVIII) e nasceu centenas de anos após Santo Anselmo ter escrito a sua prova da existência de Deus. Embora ele não tenha escrito nada em suas obras a respeito de Anselmo ou de seu argumento, Kant é o filósofo responsável pelo termo “ontológico” atribuído ao argumento de Santo Anselmo.

A primeira vez que Kant fala sobre “argumento ontológico” é em *O Único Argumento Possível para uma Demonstração da Existência de Deus*.¹¹ Nesse escrito, ele irá falar das provas da existência de Deus, porém a crítica de Kant com relação a esse tipo de argumento se dará detalhadamente em uma das suas mais célebres obras, *A crítica da razão pura*. A partir dessas obras é que o argumento de Anselmo será denominado como “argumento ontológico”, pois associarão o argumento proposto por Anselmo à prova da existência de Deus oferecida por Renê Descartes que é a quem provavelmente Kant se refere, quando critica argumento ontológico.

Há uma ampla discussão acerca dessa nomenclatura dada ao argumento de Anselmo. Muitos escritores, filósofos não veem o argumento de Anselmo do mesmo modo que o de Descartes. Muitas críticas direcionadas a prova Anselmiana baseiam-se no fato de o argumento ser ontológico. Pereira, em sua dissertação, cujo título é *Uma Interpretação Não-ontológica do Argumento Anselmiano De Proslogion 2*¹², detalha o que uma nomenclatura pode implicar em um argumento, e nos traz a possibilidade da prova de Anselmo não ser considerada ontológica.

Embora não tenhamos a intenção de nos aprofundarmos no assunto e continuarmos considerando o fato do argumento ter se propagado como “ontológico”, é válido que façamos uma breve exposição do artigo da Anscombe, abordado por Pereira, apenas para ilustrar essa possibilidade de o argumento de Anselmo não ser considerado ontológico, ou seja, mostrarmos que há outros modos de compreendê-lo.

Para Anscombe, o argumento de Anselmo não deve ser denominado como ontológico. Essa caracterização, segundo ela, é equivocada, no decorrer do texto desenvolveremos o motivo pelo o qual ela considera as interpretações anteriores “más interpretações”. Em seu

¹¹ PEREIRA, 2012, p. 45.

¹² A dissertação escrita por Pereira, discute o tema do argumento não ontológico, utilizaremos a obra da Anscombe tratada por ele, para desenvolver um pouco o tema.

artigo, primeiramente vai demonstrar como o argumento do *Proslógio* de Anselmo e o argumento exposto na V Meditação por René Descartes se distinguem. Ela aponta uma série de diferenças entre o argumento de Anselmo e o de Descartes, como por exemplo, que “O argumento de Anselmo tem uma premissa existencial e o de Descartes não tem”.¹³

A definição de argumento ontológico oferecida por ela é que ao se denominar ontológico, a existência tem que ser dada como perfeição no argumento. É o que faz Descartes ao estabelecer sua prova em prol da existência de Deus. Em sua V meditação, Descartes vai dizer que, “[...]e não se deve dizer aqui que é, na verdade, necessário eu confessar que Deus existe após ter suposto que ele possui todas as sortes de perfeições, posto que a existência é uma delas.”¹⁴ Ou seja, deixa claro que na visão dele, a existência é uma perfeição. Desse modo, o conceito de argumento ontológico determinado por Anscombe classifica o argumento de Descartes como ontológico.

Em Anselmo, na premissa que compara que a existência na mente e fora da mente é maior que apenas na mente, Anscombe diz que considerando a tradução que se propagou, a que é utilizada pela maioria, de certo modo Anselmo também encara a existência como perfeição, pois a interpretação obtida por meio dessa tradução, pode-se considerar que existir na mente e fora da mente é mais perfeito que existir apenas na mente. Então, admite que tanto o argumento de Descartes, quanto o argumento de Anselmo, devem ser sim considerados ontológico.

Porém, o argumento de Anselmo, segundo ela, não é ontológico, não pelo fato da premissa em questão, da maneira em que foi difundida e que conhecemos ter sido entendida errada, mas sim por ter sido traduzido de forma errada. Essa tradução “original” gerou uma série de más interpretações.

Nesse sentido, o ponto central abordado por ela é o modo de se traduzir o argumento. Para ela, há uma vírgula na tradução reproduzida que pode mudar todo o sentido do argumento. De acordo com seu texto, há uma série de fatores que nos faz acreditar que o uso dessa vírgula é indevido. Ela justifica que no latim, língua original em que o *Proslógio* foi escrito, não há pontuação, há apenas pontinhos e no lugar em que se coloca a vírgula, entre *re* e *quod*, não há pontuação na versão original, essa vírgula, portanto, é apenas uma opinião editorial.

Segundo Anscombe o que torna o argumento de Anselmo ontológico é a premissa que diz: “Se aquilo do qual nada maior pode ser pensado existe apenas na mente, pode-se pensar

¹³ ANSCOMBE, 1962, p. 10.

¹⁴ DESCARTES, 2000, p. 134.

que existe também na realidade, o que é maior”¹⁵, se traduzida desse modo o argumento de Anselmo de fato seria ontológico, porém não há vírgula, então a premissa mudaria o sentido da frase, e ficaria desse modo: “Se isto só existe no intelecto, pode-se pensar que o que é maior que ele existe na realidade também.”¹⁶

O que Anscombe pretende mostrar é que essa alteração, quer dizer a falta da vírgula, muda o sentido da frase, ao dizer que “Se isto existe apenas no intelecto, pode-se pensar que o que é maior que ele existe na realidade também,” Anselmo deixa de sugerir que a existência é uma perfeição, e o que se sugere nessa nova formulação é que exista algo maior na realidade, e não mais que existir também na realidade seja maior que existir apenas na mente.

Entretanto, a própria Anscombe vai levantar um problema possível nessa nova leitura proposta por ela. Porque ao se dizer que existe algo maior, Anselmo não dá informações sobre esse algo maior que existe na realidade, com isso ele abre precedentes para que haja qualquer interpretação possível. Nesse sentido, Anscombe interpreta que se existisse apenas no intelecto, ele não teria uma existência necessária e sim contingente, e existir de forma contingente é pior que existir de forma necessária.

Contudo, como já deixamos claro, não descartaremos de imediato a ideia difundida do argumento como ontológico, para assim verificarmos a crítica atribuída por Kant. Sendo assim, analisaremos o argumento de Anselmo considerando que a princípio a crítica de Kant também diz respeito a ele.

Na *Crítica da razão pura*¹⁷, Immanuel Kant diz que há apenas três formas de se provar a existência Deus, através das provas cosmológica, físico-teológica e a ontológica, e nas seções seguintes ele irá demonstrar a impossibilidade de cada uma delas. No capítulo III intitulado como o “Ideal da razão pura” é que apresentará cada uma detalhando-as e mostrando o motivo pelo qual não poderão se configurar uma prova da existência de Deus.

Kant afirma na *Crítica da razão pura* que a prova cosmológica se dá do seguinte modo “Formula-se assim: se algo existe deve existir também um ser absolutamente necessário. Ora, pelo menos, existo eu próprio; logo, existe um ser absolutamente necessário.”

¹⁸A prova cosmológica consiste na ideia de que a partir de um objeto da experiência em geral pode-se inferir um ser absolutamente necessário.

¹⁵ ANSCOMBE, 1962, p. 13.

¹⁶ ANSCOMBE, 1962, p. 16.

¹⁷ KANT, 2001, p. 511.

¹⁸ Ibid, p. 520.

Primeiro determina-se que de uma experiência em geral é possível inferir uma existência necessária, a partir dessa premissa estabelece uma premissa menor que mostra uma existência de algo a *posteriori* e daí conclui-se que o ser absolutamente necessário existe. Como é o caso da primeira via de Tomás, que podemos perceber que a estrutura da primeira via da prova tomista é similar àquela apresentada aqui. A premissa menor utilizada por ele é que existe movimento, ou seja, há a existência de algo a *posteriori*, a partir dessa premissa conclui a existência de um motor imóvel que move todas as outras coisas.

No argumento cosmológico, não é importante saber qual é o objeto da experiência que se incluirá na premissa menor, qualquer coisa que existe no mundo pode ser usada como premissa menor, como por exemplo, não é necessário que falemos do movimento de um atleta ao correr para linha de chegada em uma competição, ou o movimento que um ciclista faz ao pedalar sua bicicleta, é suficiente que saibamos que existe o movimento de um modo geral e não um caso de movimento específico e por isso a prova é denominada Cosmológica, pois parte de qualquer objeto dado no mundo. Diferentemente da prova ontológica que é dada a priori e a físico – teológica que depende como as coisas estão organizadas no mundo, a prova Cosmológica é a *posteriori* e não depende como as coisas estão organizadas, precisa apenas de um objeto extraído do mundo.

A prova físico-teológico diz respeito de como as coisas estão organizadas no mundo, por haver essa organização é necessário que haja um ser por detrás orquestrando toda essa organização. Ela funda-se por quatro principais momentos que Kant destaca em seu texto, no primeiro momento demonstra que a ação das coisas é de acordo com finalidades, e esses fins se relacionam com as coisas de forma contingente, ou seja, a ordenação da natureza e de todas as coisas contidas, só pode vir de algo que está de fora, quem ordena todas as coisas; no terceiro momento irá dizer que há uma causa sublime e sábia que tem que ser a causa do mundo e conclui determinando que exista apenas uma inteligência devido à unidade do mundo.

A prova ontológica, a que estamos tratando mais detalhadamente está localizada na quarta seção do capítulo o “Ideal da razão pura”. Kant já inicia essa seção, “Da impossibilidade de uma prova ontológica”, apontando o fato de que a preocupação maior do argumento é provar que Deus existe, e não haver nenhuma preocupação em se compreender como se pode pensar ou mesmo se realmente é possível pensar no conceito. Ele acha que do fato de partir de um conceito de uma existência dada de um modo geral não se pode derivar uma existência absolutamente necessária, ou seja, não se pode pegar um simples conceito de

Deus como “algo do qual nada maior pode ser pensado” e simplesmente concluir que é impossível a não existência daquilo que cai sob o conceito.

Depara-se nos aqui algo de estranho e absurdo, que é parecer urgente e rigoroso o raciocínio que, de uma existência dada em geral, conclui uma existência absolutamente necessária, e serem, contudo, completamente adversas todas as condições que o entendimento exige para formar um conceito de uma tal necessidade.¹⁹

Na *Crítica da razão pura*, Kant não desenvolve uma única crítica acerca dos argumentos ontológicos. Embora a crítica da existência não ser um predicado real seja a mais conhecida e discutida, há outras críticas menos abordadas que são apontadas por ele, como é caso da obscuridade do conceito de um argumento desse tipo. Para ele, esse tipo de argumento é dado apenas por uma definição nominal, que não aponta o tipo de objeto, a definição de algo não é garantia de que esse algo exista ou possa existir. Ao pensarmos no conceito de Deus atribuído por Anselmo, “algo do qual nada maior pode ser pensado,” não está claro o que torna necessário a existência de Deus, não há no argumento dados característicos que torna Deus um ser necessário, com isso não temos um objeto efetivamente. O conceito que é dado não nos diz o motivo pelo qual, por exemplo, não podemos pensar em um ser maior.

De todo modo, iremos ignorar essa falta de clareza e levaremos em consideração o argumento. Podemos dizer que Kant não critica a prova ontológica simplesmente por, a partir de conceitos, desconsiderando a experiência, inferir de maneira a priori a existência de Deus. A partir da distinção entre os tipos de juízos proposta por Kant é que se baseará sua crítica, dessa forma Anselmo terá que se comprometer com uma das definições de juízos de Kant. Na *Crítica da razão pura*, ele estabelece que há dois tipos de juízos e faz a distinção entre eles. São os juízos analíticos e os juízos sintéticos, porém nos juízos sintéticos há uma subdivisão determinando alguns juízos sintéticos *a priori* e outros *a posteriori*.

De acordo com a *Crítica da razão pura*, tem-se como juízos analíticos aqueles que não retiram da experiência qualquer tipo de conhecimento, o conhecimento é obtido apenas por conceitos, não se faz necessário recorrer a objetos ou qualquer coisa que está ligada à experiência sensível. Apesar de Kant não apontar uma distinção entre juízos analíticos, percebemos que há duas formas de caracterizá-los sendo a primeira aquela que diz que B deve estar contido em A, tendo B como predicado e A como sujeito, ou seja, o predicado deve estar sempre contido no sujeito. A segunda é que não se pode negar o predicado e não negar o sujeito sem que haja contradição, é contraditório negar um sem que se negue o outro.

¹⁹ KANT, 2001, p. 512.

Ao explicar como se dá esse tipo juízo, Kant dará exemplo de que “todo corpo é extenso”, podemos observar que no exemplo citado não há necessidade de recorrermos à experiência para constatar a veracidade do juízo, visto que no sujeito já está contido o que foi dito no predicado. Para reconhecer que o juízo é verdadeiro, não precisamos ver um corpo para sabermos que é extenso, sabemos que um corpo é extenso apenas pelo próprio conceito do sujeito, o predicado não nos traz nenhuma informação nova nesse caso.

Usemos o mesmo exemplo para falar da relação de contradição na negação de uma das partes, ou do predicado, ou do sujeito. Se pensarmos na palavra “corpo”, logo nos vem sua definição, negar a extensão do corpo implica em negar o que é o corpo, um corpo deve ser necessariamente extenso, se não admitirmos a noção de extensão, não podemos admitir a noção do corpo, uma ideia está ligada a outra.

Kant considera os juízos analíticos como juízos explicativos, pois só reafirmam o que já foi dito, não fornece nenhuma informação nova, não acrescenta nenhum novo conhecimento acerca do sujeito por já fazer parte dele. Ele estabelece que todos os juízos analíticos são necessariamente *a priori*.

Já os juízos sintéticos são àqueles em que há extensão do conhecimento, ou seja, o predicado acrescenta o que não estava contido no sujeito. O exemplo dado por ele é de que o corpo é pesado, poderíamos usar qualquer outro adjetivo aqui para qualifica-lo, como por exemplo, o corpo é bonito, nesse caso já é necessário que haja um determinado corpo e se analise se realmente é pesado ou bonito, há uma nova informação referente ao conceito sujeito.

Todo e qualquer juízo com base na experiência, segundo Kant, será sintético, todavia nem todo juízo sintético é *a posteriori*, existem aqueles que são *a priori*. Os sintéticos *a posteriori* são aqueles que dependem da experiência, já os *a priori* assim como os analíticos não dependem da experiência, contudo diferenciam-se por este haver ganho epistêmico, ou seja, o conceito predicado acrescenta algo novo ao sujeito, há a extensão de conhecimento.

Sendo assim uma das características de todo argumento ontológico é estabelecer que a existência é um predicado real que está contida em algum conceito de Deus, é o que sugere Kant. Essa é a principal crítica do autor a esse tipo de argumento, pois em Kant a existência não pode ser considerada um predicado real. Um predicado real, segundo Kant, é um predicado extensivo, isto é, um predicado que atribui algo de novo a um objeto ou a um conceito de objeto e para ele a existência não deve possuir essas características.

A existência não é um predicado real, é apenas um predicado lógico. Qualquer predicado pode ser chamado de lógico, mas apenas alguns predicados são um predicado real. A existência no sentido lógico é apenas uma cópula, ou seja, serve apenas para unir dois conceitos sem acrescentar nenhuma informação a respeito dele, por exemplo a casa é bonita, o é nessa frase não acrescenta nada ao sujeito, apenas liga o predicado “bonita” com o sujeito “casa”, o que atribui valor ao conceito sujeito é o predicado “bonita” apenas.

Tudo pode servir, indistintamente, de *predicado lógico*, e mesmo o sujeito pode servir a si próprio de predicado, porque a lógica abstrai de todo o conteúdo; [...] *Ser* não é, evidentemente, um predicado real, isto é, um conceito de algo que possa acrescentar-se ao conceito de uma coisa; é apenas a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas. No uso lógico é simplesmente a cópula de um juízo[...]²⁰

Segundo Kant há uma confusão entre predicado lógico e predicado real. O predicado real depende da relação com o sujeito, os predicados lógicos não somam nada ao conceito. Por exemplo, consideremos a afirmação Deus existe, nesse caso o conceito de existência não acrescenta nada ao conceito de Deus, diferentemente de quando se diz Deus é feliz, ser feliz é uma característica de Deus, nesse caso há uma nova informação acerca do sujeito. Caso a existência atribuísse valor ao objeto para que desempenhasse essa função o predicado deveria servir para diferenciar dois conceitos. O predicado real deve exceder o que já está posto no sujeito.

Como já vimos a crítica Kantiana a argumentos ontológicos, agora podemos conferir se ela pode ser aplicada ao argumento de Anselmo. Para isso, observaremos como se aplica o conceito de existência no *Proslógio* de Anselmo, se ele utiliza a noção de existência como predicado real e como desenvolve-a.

²⁰ KANT, 2001, p. 516.

3- Aplicabilidade da crítica Kantiana ao argumento de Anselmo

Kant, como já demonstramos, nos fornece duas definições de juízos analíticos. Dentre essas definições de juízos, devemos definir qual delas se aplica ao argumento de Anselmo, ou se podemos de fato determiná-lo a partir dessas definições dadas por Kant. É necessário que tenhamos ciência, de que a principal crítica de Kant a ser atribuída ao argumento de Anselmo depende da aplicação ou não desses juízos determinados por ele. Para que possamos estabelecer se a crítica é aplicável ao argumento, utilizaremos as noções de juízos introduzidas por Kant para analisarmos se a crítica pode ser atribuída a Anselmo ou se é dispensável.

A primeira noção de juízo analítico introduzida por Kant é aquela na qual ele determina que sendo B o predicado e A o sujeito, B está contido em A. Ao aplicar isso ao argumento teríamos em A, 'Deus' como sujeito e em B 'existe' como predicado, sendo assim, a existência estaria contida no conceito de Deus, desse modo a existência seria parte do conceito de Deus.

Poderíamos dizer que por não haver a ideia de existência de maneira explícita no conceito a Deus como algo do qual nada maior pode ser pensado, o argumento Kantiano não se aplica em Anselmo, visto que, nessa primeira noção de juízo analítico, para que o argumento seja contemplado nesse caso, a existência deve estar contida no conceito do sujeito, e ao que parece não é o caso. De qualquer forma, é necessário que se verifique se no decorrer do argumento escrito no *Proslógio* se há mais algum momento em que Anselmo deixa claro essa ideia.

Na segunda definição de juízos analíticos, temos que a negação do predicado implica a negação do sujeito, do contrário há contradição. Como, por exemplo, na definição Deus é onipotente, sendo 'Deus' o sujeito (A) e 'onipotente' o predicado (B), não se pode conceber A se B não for concebido, não é possível pensar em Deus sem a onipotência, a onipotência é intrínseca a Deus. Pensar um Deus sem onipotência é contraditório, pois, ao se pensar em Deus, a onipotência já faz parte do que é Deus.

Desse modo, há contradição na negação da existência de Deus. Sendo assim, não se pode pensar em Deus sem que tenha a existência, para se negar a existência de Deus, é necessário que negue o sujeito Deus, pois se nego o predicado, necessariamente terei que negar o sujeito. Nesse caso, a conclusão do argumento ontológico é um juízo analítico, pois negar de Deus o status de existente implica em uma contradição.

Se considerarmos que as duas definições de juízos analíticos concedidas por Kant são equivalentes, ou seja, que quando o predicado está contido no sujeito, a negação do juízo implica contradição e, ao contrário, há uma contradição e por isso o predicado está contido no sujeito, desse modo teremos que no argumento de Anselmo a existência é considerada um predicado real e então o argumento seria considerado ontológico.

O problema em que Kant se insere é que ele não deixa claro o porquê de esses dois modos de se obter um juízo analítico serem equivalentes. Será que não se pode pensar em outros juízos que não aqueles em que o predicado está contido no sujeito implicando uma contradição? Essa resposta Kant não nos fornece. Em outras palavras, Kant demonstra que sendo o juízo analítico aquele em que o predicado está contido no conceito do sujeito, negá-lo sem que se negue o sujeito implica contradição, mas não o contrário, ou seja, que se negar o predicado sem negar o sujeito implica contradição, então o predicado está contido no sujeito.

Há também no argumento de Anselmo a premissa, na qual Anselmo diz que existir na mente e fora da mente é maior que existir apenas na mente, nessa premissa, pode ser que ele esteja indicado que a existência seja uma perfeição, ou nas palavras de Kant seja um predicado real. Sendo assim, se Anselmo sugerir a existência como uma perfeição, então os que determinam o argumento de Anselmo como ontológico, estariam certos e a crítica Kantiana poderia ser atribuída ao argumento proposto por ele.

Contudo, Anselmo não está preocupado em comparar as existências, como já dissemos anteriormente, ele não diz que existir fora da mente é maior que existir apenas na mente, sequer está preocupado em saber isso. O que Anselmo diz é apenas que existir na mente e fora da mente é maior que existir apenas na mente. Ora, no primeiro caso, há alguma coisa a mais, já que além da existência na mente, existe também fora da mente, pois além do que já se tem, alguma coisa além é acrescentado, a saber a existência fora da mente, então ao invés de apenas uma característica passa-se a adquirir duas, que evidentemente é maior que apenas uma. Desse modo, Anselmo se isenta de qualquer afirmação no sentido de que ele tem a existência como predicado real.

Conclusão

Ao desenvolver esse trabalho podemos perceber que Anselmo é do tipo de cristão consciente, pois reconhece que a fé apenas não basta. Mesmo a fé estando em primeiro lugar na concepção dele acredita que não se deve parar por aí, e então investiga partindo da fé a existência de Deus. O interessante é que Anselmo não tenta demonstrar a existência de Deus por meio de instrumentos religiosos, ou qualquer outro meio cristão, a ferramenta utilizada por ele é o raciocínio lógico. Partindo de um “simples” conceito, conclui a existência de um ser supremo.

Apesar de não apresentar o seu argumento sistematizado, o argumento proposto é claro e objetivo. Anselmo consegue cumprir a sua proposta de elaborar um argumento que não dependa de outros para ser entendido, que a compreensão do argumento seja obtida racionalmente e que seja mais fácil de compreender do que o já proposto anteriormente.

Anselmo é questionado em vários aspectos acerca da sua prova da existência de Deus. Tomás de Aquino argumenta com relação ao conceito que Anselmo emprega. Ao denominar Deus como algo do qual nada maior pode ser pensado, segundo Tomás, nem todos compreendem esse conceito, portanto, nem todos ao pensar em Deus o pensam como algo do qual nada maior pode ser pensado. Porém, Anselmo livra-se facilmente dessa objeção de Tomás, pois o que se pretende é apenas que se possa entender o conteúdo do conceito, se é possível entender, então esse conceito ser religioso, ser conhecido pela maioria ou não, é mera contingência.

Utilizamos de alguns meios para caracterizarmos o argumento, buscamos mostrar as diferenças entre outros tipos de argumento proposto por Kant e enfatizar porque é considerado ontológico. Usamos ainda a concepção de Anscombe, de que a prova de Anselmo não é ontológica, na qual ela propõe uma nova versão do argumento por acreditar que a tradução tradicional está errada, para demonstrarmos que pode haver outras interpretações com relação ao argumento Anselmiano. E por fim, desenvolvemos brevemente uma das críticas de Kant acerca do argumento ontológico.

Nesse trabalho tivemos a pretensão de demonstrar o argumento “ontológico” de Santo Anselmo, para que pudéssemos chegar à conclusão se a crítica Kantiana de que a existência é um predicado real, de fato pode ser atribuída ao argumento Anselmiano e se as caracterizações são pertinentes ou não. O que percebemos é que Kant não define bem a relação entre as duas definições de juízos analíticos. Isso abre possibilidades para Anselmo, inclusive permite que Anselmo utilize uma das definições de juízos, sem se comprometer com

a crítica de Kant que a existência é um predicado real. E se, além disso, ainda assim houver questionamento com relação a premissa existencial que diz que existir na mente e na realidade é maior que existir apenas na mente, vimos que Anselmo também não se compromete, pois não compara as existências, apenas aponta que possuir as duas é maior que possuir apenas uma. Kant com essa crítica não consegue derrubar o argumento de Anselmo e pôr fim à discussão sobre a validade do argumento.

Referências

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Trad. Aimom- Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001.

ANSCOMBE, G. E. M. Por qué la prueba de Anselmo en el *Proslogion* no es un argumento ontológico. **Anuario Filosófico de la Universidad de Navarra**, v. 25, 1982. p. 9-18.

ANSELMO. Alguns textos. **Coleção Os Pensadores**. Trad. de Angelo Ricci. São Paulo: Abril SA, 1973.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007. pp. 291 a 299.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2001.(tradução manuela pinto dos santos E alexandre fradique morujão edição 5)

KENNY, Anthony. **Uma história da filosofia medieval**. Trad: Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2008.

PEREIRA, Diego Fragoso. **Uma interpretação não-ontológica do argumento anselmiano de proslogion 2**, Curitiba, 2012.

RIBEIRO, Eduardo Silva. **O Argumento Epistemológico de Anselmo**. Porto Alegre; 2006.